



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Estado, Igualdade Racial e Movimento Negro: Notas etnográficas sobre experiências de promoção da igualdade racial no estado do Rio de Janeiro

Autoria: Natalia Sales

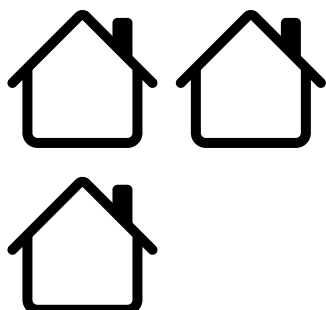
Agentes ligados a movimentos negros vêm, há algumas décadas, protagonizando lutas, no Brasil, pela inserção da questão racial nas pautas concernentes a órgãos vinculados à administração pública, seja federal, estadual ou municipal. A instituição da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, contribuiu para a criação de diversos órgãos do tipo em âmbito estadual e municipal, orientados para a realização das chamadas políticas de promoção da igualdade racial. O estado do Rio de Janeiro é o quarto estado do Brasil que possui mais instituições do gênero, abrigando vinte dos chamados “órgãos PIR”. Entre eles, encontra-se a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial (Supir) do estado do Rio, e, vinculado à ela, está, além de conselhos municipais, o Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine) que, em breve, também receberá o complemento “PIR” em sua sigla, tornando-se Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial (Cedinepir). Com o presente work, objetivo refletir sobre alguns dos principais dilemas enfrentados por militantes representantes de movimento negro que ocupam espaços de promoção da igualdade racial no Rio. Entre esses dilemas, destaco a promoção de atividades orientadas para o combate às desigualdades raciais em meio a espaços com poucos recursos financeiros e estruturais; as visões, muitas vezes contrastantes com as dos militantes da causa anti-racista, dos representantes do Estado acerca das pautas caras ao movimento negro brasileiro; os diferentes sentidos de política acionados pelos representantes do movimento e o modo como são mobilizados perante os agentes do Estado; entre outros. Para essa tarefa, guio-me na etnografia realizada durante a minha pesquisa de mestrado junto aos militantes que atuavam no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica (Comdedinepir), do município fluminense de Duque de Caxias, e em dados de campo da pesquisa em andamento, junto ao Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine),



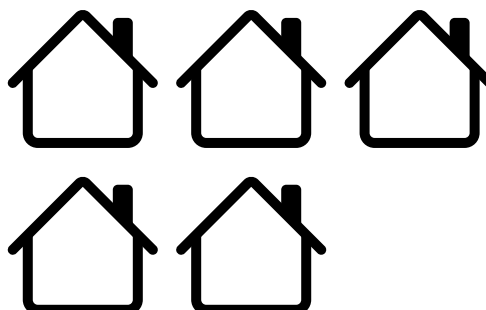
citado anteriormente.



Realização:



Apoio:



Organização:

